

A REDAÇÃO NO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO: AS DIFICULDADES ENCONTRADAS POR ESTUDANTES NA CONSTRUÇÃO DO TEXTO ARISTOTÉLICO

Edésia Aparecida Lisboa de Araújo¹

Irenice de Oliveira Silva Santos²

RESUMO

A decadência numérica das notas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), divulgadas pelo Inep é de extrema relevância, uma vez que a origem do problema pode encontrar-se no processo de ensino-aprendizagem. Assim, essa pesquisa tem como objetivo de estudo a análise do baixo rendimento dos alunos do Ensino Médio buscando elucidar indagações relativas às dificuldades encontradas pelos estudantes na construção das redações do exame. Busca-se apresentar uma natureza qualitativa com aspectos quantitativos nas discussões, preocupando-se em descrever o perfil histórico do texto Aristotélico, conceituando a argumentação nas vertentes da retórica de Aristóteles, além de analisar dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Palavras-Chave: ENEM; Aristóteles; Argumentação; Ensino Médio.

¹Mestranda em Ciências da Educação pelo Programa de Pós-graduação da FICS - Faculdade Interamericana de Ciências Sociais – Assunção - Paraguai. Atua como Dirigente Municipal de Educação de Carinhanha Bahia e professora de Literatura e Redação do Cursinho Pré-vestibular Ettaplus em Guanambi – Bahia. E-mail: edesialisboa07@gmail.com. Fone: 55 77 99966-8042.

²Mestranda em Ciências da Educação pelo Programa de Pós-graduação da FICS - Faculdade Interamericana de Ciências Sociais – Assunção - Paraguai. Atua como professora da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino no município de Iuiu – BA, Brasil. E-mail: irenicegbi@yahoo.com.br. Fone: 55 77 99173-5532.

INTRODUÇÃO

Tendo como premissa a ideia de Educação como fator essencial para o progresso de uma sociedade, visto que esta afeta o desenvolvimento de um país, seja no âmbito social ou econômico, constitui-se de extrema relevância a criação e aplicação de políticas públicas que garantam o acesso à formação de qualidade para todos os cidadãos.

É sabido que no Brasil a Educação começou a ter espaço somente a partir de 1940, devido a movimentos sociais que lutavam pela causa. Em 1971, concretizou-se a Lei nº 5.692 que estabelecia as Diretrizes e Bases para o ensino, anos depois a Constituição Federal do Brasil (1988), em seu Art. 205 previu como um direito social de todo o cidadão o acesso à Educação.

Embasando o parágrafo anterior o Documento de Referência da Conferência Nacional de Educação afirma que

A educação de qualidade visa à emancipação dos sujeitos sociais e não guarda em si mesma um conjunto de critérios que a delimite. É a partir da concepção de mundo, sociedade e educação que a escola procura desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes para encaminhar a forma pela qual o indivíduo vai se relacionar com a sociedade, com a natureza e consigo mesmo. A “educação de qualidade” é aquela que contribui com a formação dos estudantes nos aspectos culturais, antropológicos, econômicos e políticos, para o desempenho de seu papel de cidadão no mundo, tornando-se, assim, uma qualidade referenciada no social. Nesse sentido, o ensino de qualidade está intimamente ligado à transformação da realidade. (BRASIL, 2013a, p. 52)

Sabendo que o processo de aprendizagem não se finda e com vistas à promoção do acesso a formação continuada dos indivíduos foram criadas ações estruturais tidas como políticas públicas direcionadas para a inclusão dos sujeitos no nível superior de ensino, cita-se aqui o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Programa Universidade para todos (PROUNI).

O INEP, em suas premissas básicas, vislumbra o crescimento da produção acadêmica com temas relativos à educação, buscando ainda estabelecer padrões de qualidade nos moldes de ensino. Nessa conjuntura, criou-se em 1998 o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), com objetivo de avaliar o desempenho de

estudantes e contribuir com o progresso na qualidade do ensino, metas previstas pelo Governo Federal presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's).

O ENEM tem se tornado uma das principais maneiras de acesso as instituições de nível superior do país, sejam elas públicas ou privadas, tendo relevância social, pois, possui caráter democrático e inclusivo.

Desde que foi criado o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) no Brasil em 1998, uma das inquietações para efetuar esse exame por parte dos estudantes é a realização da parte dissertativa denominada Redação.

Essa prova discursiva bem como a parte objetiva é realizada pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), autarquia vinculada ao Ministério da Educação com o objetivo de avaliar a qualidade da educação básica nacional do Ensino Médio.

Assim, todos os anos os candidatos se preparam para o temido tema da Redação. Ao acompanhar os resultados dos textos dissertativo-argumentativos ao longo desse período com os dados disponibilizados pelo próprio INEP, percebe-se que a maioria dos estudantes não conseguiu tirar uma nota satisfatória para ingressar em um curso na universidade pública.

É importante salientar que para obter resultados satisfatórios “na produção de um texto opinativo que aborde uma situação-problema, é desejável que o aluno elabore propostas articuladas e pertinentes à sua visão da questão, bem como argumentos que sustentem seu ponto de vista (competência V do ENEM).” (BRASIL, 2011, p. 61)

Diante disso, evidencia-se a necessidade de discutir sobre a redação no Exame Nacional do Ensino Médio e analisar as dificuldades encontradas pelos alunos ao dissertar. É notório que os estudantes do século XXI têm muito acesso à informação, através da rede mundial de computadores, livros, jornais, debates e artigos fontes de conhecimento e reflexão sobre o mundo antigo e contemporâneo.

Porém, mesmo com essa oferta de fontes de saberes, a juventude é carente de argumentação. Dessa forma, interessa saber o comportamento e interesses desses jovens nessa modernidade de valores instantâneos e a relação com o processo de escrita.

A realização dessa pesquisa pode conduzir a outras possibilidades de respostas para essa problemática, além de limitar-se à falta de leitura, pode-se

mencionar também a maneira como são abordados os assuntos em sala de aula, onde muitas vezes, usam-se métodos falhos e para que se tenha a elaboração de bons textos argumentativos exige o domínio de conhecimentos interdisciplinares.

Sendo assim, é preciso que o sujeito domine conceitos como estrutura textual e as técnicas argumentativas para que possa dessa maneira, elaborar um texto argumentativo-dissertativo dentro das normas.

Nessa conjuntura, para a realização deste trabalho de pesquisa busca-se como princípios norteadores os conhecimentos disponíveis na Retórica Aristotélica, uma vez que, incidem sobre métodos eficazes para a produção de textos de cunho argumentativo.

Nesse aspecto, e diante do quadro preocupante de notas baixas e argumentações baseadas no senso comum, a presente pesquisa vislumbra a importância de buscar as causas desse fracasso na Redação de alunos/as inseridos/as em um mundo técnico-científico-informacional.

Ademais, este estudo visa incentivar a discussão sobre a temática supracitada buscando reflexões sobre possíveis maneiras de reverter o quadro de dificuldades demonstrado pelos estudantes ao escrever. Para isso, caracterizou-se como uma pesquisa de cunho bibliográfico, uma vez que se baseou em pesquisas previamente publicadas por autores e estudiosos do assunto, norteadoras das discussões abordadas no decorrer deste trabalho.

1. A IMPORTÂNCIA DA DISCUSSÃO DAS NOTAS BAIXAS NAS REDAÇÕES DO ENEM NOS ÚLTIMOS ANOS

O processo de comunicação requer clareza e objetividade na transmissão de uma mensagem, pois, é imprescindível que o leitor/ouvinte compreenda o que lhe é destinado. Assim, essa pesquisa faz-se relevante pelos dados preocupantes ofertados pelo INEP, principalmente nos três últimos anos, no que se refere à nota da Redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Nesta conjuntura, tendo em vista as exigências da contemporaneidade, o ato de ler e escrever são considerados fatores determinantes para a inserção do indivíduo na sociedade. Sabe-se que a leitura fornece ao sujeito informações necessárias a ampliação de seu vocabulário, ao desenvolvimento de sua criticidade, bem como a formulação de argumentação consistente em se tratando principalmente da construção de textos Aristotélicos.

Milhões de alunos do Brasil, das redes pública e privada de ensino, desenvolvem textos argumentativo-dissertativos que não contemplam, em sua maioria, as competências do ENEM. Competências estas que são fundamentos do texto Aristotélico para uma comunicação clara, objetiva e coerente diante de um tema proposto.

O texto argumentativo-dissertativo traduz um conceito ou tipifica uma tese, sendo assim, não pode ser tido apenas como um conjunto de ideias expostas, mas, apresenta e defende uma posição fundamentada em fatos e argumentos, apresentando em seu corpo análise e discussão de determinado tema em foco.

A importância dos textos de natureza supracitada efetivou-se a partir da criação do ENEM em 1998. O Exame Nacional do Ensino Médio permite ao aluno que tiver bom desempenho o ingresso em Instituições de Ensino Superior, no entanto, o baixo rendimento de estudantes das escolas públicas brasileiras, principalmente em se tratando da elaboração crítica e coesa de textos tidos como Redações, tem sido assunto recorrente em estudos recentes no meio acadêmico.

Nessa conjuntura, torna-se de suma relevância discutir a problemática que envolve a leitura e escrita, bem como os impasses que permeiam tal processo. Sendo assim, ao conhecer a realidade do estudante brasileiro em se tratando da produção

de textos dissertativos, muitas vezes permeada por dificuldades, é que se poderá buscar meios de sanar tal situação.

A seguir, discorreremos sobre o contexto histórico e epistemológico sobre o Enem e a influência exercida sobre ele pela Retórica Aristotélica, explanando suas características e as competências necessárias para a realização de tão importante exame.

2. CONSIDERAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi criado no ano de 1998 e sua finalidade era avaliar os estudantes que se encontrassem nos anos finais da educação básica, possibilitando dessa maneira o ingresso desses alunos nas universidades públicas e privadas espalhadas pelo país.

O ENEM não possui caráter obrigatório, no entanto, percebe-se que a aderência de estudantes e de universidades a ele vem crescendo a cada edição. De acordo com o Ministério da Educação (MEC) o exame foi criado para avaliar os alunos e conseqüentemente a educação no Brasil, pois, com os resultados alcançados seria possível realizar as mudanças necessárias nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e nas leis educacionais existentes.

É importante lembrar que as primeiras provas realizadas até o ano de 2008 continham 63 questões e eram aplicadas em 01 dia. A partir do ano de 2009 o exame passou a conter 180 questões objetivas e a redação sendo dividida em dois dias de aplicação. A prova se divide, desde então, em 04 cadernos diferentes cada um contendo 45 questões – ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e suas tecnologias; linguagens, códigos e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias, além da redação.

Com a criação do Sistema de Seleção Unificada (SISU) que as universidades brasileiras passaram aceitar a entrada de estudantes que poderiam concorrer às vagas disponíveis a partir da inscrição no sistema. As universidades particulares também começaram a permitir o ingresso de estudantes de acordo com a nota obtida no ENEM, através do Programa Universidade para todos (ProUni) o qual oferece bolsas de estudo integrais ou parciais.

Assim sendo, o ENEM busca avaliar as competências do participante e não apenas as informações que estes trazem consigo. Dessa forma, buscando enfatizar a temática desta pesquisa salientamos a importância da redação bem como os fatores que levam o participante a produzir um bom texto. Sob este enfoque, buscamos elucidar questões que seguem voltadas para a retórica Aristotélica e a sua relevância para a construção de textos dissertativo-argumentativos.

A palavra Retórica origina-se do grego Rhetoriké “arte da retórica”, e quando se recorre ao dicionário Aurélio da Língua Portuguesa encontra-se como seu significado “o conjunto de regras que constituem a arte do bem dizer, a arte da eloquência; a oratória”. Ao se restringir o conceito de retórica, buscando focar no objetivo da presente pesquisa, nos atemos à ideia de retórica como “a faculdade de ver teoricamente o que, em cada caso, pode ser capaz de gerar persuasão”. (ARISTÓTELES, 1988, p.36)

Pode-se considerar que a Retórica, ou seja, quem faz uso de suas premissas, busca exercer a persuasão por meio do discurso. É importante salientar que vencer por meios retóricos significa demonstrar imponência através do uso da argumentação.

Sabe-se que a Retórica se originou na Grécia Antiga devido ao surgimento das relações sociais que ocorriam nas *Polis* (cidades gregas), no século V antes de Cristo e o primeiro tratado retórico foi escrito em 465 a.C. por Tísias e Corax, dois oradores. (MENEZES, 2004)

Porém, o desenvolvimento da Retórica de maneira eficiente deu-se apenas a partir do momento em que Atenas passou a viver sob regime democrático, pois, assim todos os cidadãos poderiam participar das assembleias e reuniões que aconteciam na cidade, no entanto, todo indivíduo era obrigado a justificar sua opinião perante uma plateia. (ROSTOVTZEFF, 1977, p. 190)

Os precursores da Retórica foram os Sofistas “grupo de intelectuais, tidos como sábios que dominavam as técnicas do discurso”, mestres na arte do bem falar. Eles conseguiram elaborar pequenos tratados sobre a retórica, mas foi a partir da obra de um importante filósofo Grego “Aristóteles” que a base teórica da retórica se norteou. (MENEZES, 2004)

Aristóteles nasceu em Estagira, cidade situada no norte da Grécia, no ano de 384 a.c., e morreu em 322 a.c., na ilha de Euboea. Fundou sua própria escola- o Liceu- e foi aluno de Platão, além de ser tutor de Alexandre, O Grande, foi o primeiro a enfatizar o

estudo sistêmico das diversas ciências, que no século IV a.c. começaram a surgir separadamente. (ARISTÓTELES, 1988, p. 12)

Aristóteles ficou conhecido por possuir um espírito enciclopédico, sendo o primeiro a apresentar uma teoria voltada para a argumentação e por esse motivo foi autor de centenas de obras relacionadas com os mais distintos assuntos, dentre os mais imponentes textos de Aristóteles, encontra-se a Arte da Retórica, onde ele conceitua e divide a retórica em categorias, esquematizando as técnicas utilizadas no campo do discurso, com vistas à argumentação e persuasão.

Sendo assim, em consonância com o conceito apresentado acima de acordo com o primeiro livro de Aristóteles (I: 1354a - 1377b) conforme o objetivo em que a retórica venha a ser usada, esta, poderá se classificar em três gêneros: deliberativa (julgamento de uma ação futura); judicial (julgamento de uma ação passada); e epidítica (não se julgará ações passadas ou futuras).

Tomando-se por base o diálogo, a retórica constitui-se uma técnica de argumentação de suma importância, pois, a troca de informações entre orador e plateia mostra que qualquer que seja o sujeito, poderá refutar as afirmações ditas, e sendo assim, os argumentos utilizados devem ser renovados a fim de que a opinião do falante seja mantida. (ARISTÓTELES, I: 1354a - 1377b)

Pode-se também descrever a Retórica Aristotélica a partir de três domínios, os quais seguem: retórica, moral e verdade. A retórica, a partir dos conceitos e técnicas apresentadas por Aristóteles pode ser usada para o bem ou para o mal, com argumentos que sejam verdadeiros ou falsos, e diante deste contexto, resta apenas à ética como princípio norteador. (ARISTÓTELES, 1988)

Cabe a quem se valer dos princípios deixados por este tão importante filósofo grego decidir como proceder, visto que os valores morais do indivíduo são construídos ao longo de sua existência.

Para Aristóteles (1988), a arte do bem falar, ou seja, o domínio da Retórica só é possível quando o indivíduo possui os conhecimentos e faz uso de suas técnicas. Nessa conjuntura, para que o sujeito tenha poder de convencer determinado público é necessário se valer de estudos prévios, os quais embasarão o discurso que por sua vez o fará ter domínio sobre a realidade.

Sob esta ótica, a Retórica Aristotélica pode ser defendida como a maneira pela qual se exerce a persuasão nos mais variados casos, valendo-se de técnicas e métodos. Para referendar esta afirmação, Aristóteles afirma:

Entendamos por retórica a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir. Esta não é seguramente a função de outra arte; pois cada uma das outras é apenas instrutiva e persuasiva nas áreas da sua competência; como, por exemplo, a medicina sobre a saúde e a doença, a geometria sobre as variações que afetam as grandezas, e a aritmética sobre os números; o mesmo se passando com todas as outras artes e ciências. Mas a retórica parece ter, por assim dizer, a faculdade de descobrir os meios de persuasão sobre qualquer questão dada. E por isso afirmamos que, como arte, as regras se não aplicam a qualquer gênero específico de coisas. (ARISTÓTELES, 2005, p. 95-96)

Todavia, ao saber que a Retórica se constitui a arte que estuda os meios com os quais se chega à persuasão, não se pode esquecer que ela não se refere apenas a teorias, mas, aquele que conhece suas premissas deve entender como utilizá-las de maneira eficaz.

O domínio da retórica está vinculado ao poder da linguagem, pois, desde os primórdios de seu uso, a Retórica servia como instrumento de persuasão em reuniões e encontros públicos que tratavam dos mais variados assuntos, no entanto, com o passar dos anos se tornou sinônimo da arte do bem falar, deixando de restringir-se a áreas específicas e se adequar a inúmeros contextos. (JÚNIOR, in Aristóteles, 2005)

Com o passar dos séculos a Retórica fomentou a formação de indivíduos capazes de se posicionar criticamente e formular discursos sustentados sob a ótica da argumentação elaborada e rebuscada. Dessa maneira, a Retórica pode ser considerada além das definições artísticas, mas também como uma ciência que fornece métodos adequados para guiar o sujeito na construção de um discurso estruturado.

O seu duplo valor como arte e ciência, como saber e modo de comunicar o saber, faz dela também um instrumento mediante o qual podemos inventar, reinventar e solidificar nossa própria educação. O esforço transdisciplinar que hoje em dia se faz para melhor compreender o papel da retórica e da hermenêutica na crítica do texto filosófico e literário mostra-nos que estas duas áreas do saber intrinsecamente ligadas à essência da práxis humana. (JÚNIOR, in Aristóteles, 2005, p. 10)

Aristóteles tendo sido um grande pensador não deixou que a significação imposta à Retórica e aos preceitos atribuídos a ela pelos sofistas, levassem a crer que a oratória seria apenas a arte de enganar. O importante filósofo então passou a definir a retórica como a

arte da persuasão, todavia, para que isso ocorresse seriam utilizados meios, tais como o raciocínio lógico. (STIRN, 2006).

Quando Aristóteles publica a obra Arte Retórica, disposta em três livros (I: 1354a-1377b, II: 1377b-1403a, III: 1403a-1420b) sua preocupação era trabalhar de maneira que o pensamento racional se fizesse presente em situações cotidianas, e com essa definição de retórica novas vertentes foram criadas voltadas para o campo da argumentação e da persuasão.

Nessa conjuntura, os ideais da Retórica Aristotélica se mantem presentes na sociedade contemporânea, subsidiando as mais variadas situações. A importância dos conhecimentos retóricos vai desde a possibilidade de estruturar e expor argumentos e ideias, até o relacionamento direto com o público.

Além de fomentar a persuasão através do discurso oral, a retórica também subsidia a linguagem escrita e, sendo assim, o papel desta ciência-arte é procurar em qualquer contexto, o meio de persuasão mais eficaz que leve a uma conclusão irrefutável.

Portanto, os ideais defendidos por Aristóteles são de suma importância para a elaboração de textos dissertativo-argumentativos, tendo em vista que esse gênero textual deve basear-se em argumentos fortes e capazes de convencer o leitor, ou seja, o autor deve fazer despertar no sujeito a aceitação das ideias presentes no texto, tal qual cita Aristóteles quando afirma que a Retórica deve usar de meios que consigam persuadir as plateias ouvintes dos discursos.

3. RETRATO DO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO

Muitos os estudantes do Ensino Médio no Brasil têm apresentando dificuldades na escrita, como foi constatado ao longo da realização da redação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) desde a sua primeira edição em 1998.

Nos últimos anos no Brasil, segundo a divulgação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), apenas duzentos e cinquenta alunos em 2014, cento e quatro em 2015, setenta e sete em 2016 e cinquenta e três em 2017 conseguiram alcançar a nota máxima de mil pontos estabelecida pelo ENEM.

Para entender melhor esses resultados, faz-se necessário uma compreensão do Ensino Médio no Brasil tendo em vista que o sistema educacional brasileiro sofreu uma

reformulação em 1990 com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei n. 9.394/1996).

Nesse novo direcionamento organizacional, o Ensino Médio foi constituído como última etapa da educação básica no país. Em seu artigo 35, são apresentados os objetivos gerais dessa etapa. Dentre esses o terceiro e o quarto apresentam os subsídios necessários para a produção escrita:

- III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
 - IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.
- (BRASIL, 1996)

Dessa forma, os objetivos descritos acima exigem dos alunos do Ensino Médio brasileiro ampliar seu repertório de conhecimentos referentes às questões contemporâneas dotando-se de capacitação para enfrentar as intempéries do mundo tecnológico e globalizado, fruto da Terceira Revolução Industrial Técnico-científico-informacional.

Nesse contexto social, o Ministério da Educação apresentou ao país na década de 90 os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNEM) para o Ensino Médio, salientando que:

A revolução tecnológica, por sua vez, cria novas formas de socialização, processos de produção e, até mesmo, novas definições de identidade individual e coletiva. Diante desse mundo globalizado, que apresenta múltiplos desafios para o homem, a educação surge como uma utopia necessária indispensável à humanidade na sua construção da paz, da liberdade e da justiça social. [...]

Considerando-se tal contexto, buscou-se construir novas alternativas de organização curricular para o Ensino Médio comprometidas, de um lado, com o novo significado do trabalho no contexto da globalização e, de outro, com o sujeito ativo, a pessoa humana que se apropriará desses conhecimentos para se aprimorar, como tal, no mundo do trabalho e na prática social. Há, portanto, necessidade de se romper com modelos tradicionais, para que se alcancem os objetivos propostos para o Ensino Médio. (BRASIL, 1999, p. 25)

Com todas essas mudanças durante esses anos, a efetivação do propósito abordado nos documentos oficiais ainda é precária na prática pedagógica nas escolas do Ensino Médio do Brasil, como pode ser evidenciado nos resultados do Enem e no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nos quais os estudantes não contemplaram satisfatoriamente as competências exigidas.

Diante dessa estagnação estatística, o Ministério da Educação nos últimos anos vem analisando dados e buscando possíveis soluções e melhorias na qualidade do ensino nos anos finais da educação básica.

Assim, em 2016 o MEC lança uma medida provisória, visando à reformulação do Ensino Médio no Brasil, sancionada pela lei n. 13.415/2017. Essa medida objetivou flexibilizar o currículo do Ensino Médio aumentando a carga horária de 800 para 1,4 mil horas, que permite ao aluno dar prioridades aos componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular de acordo com a área de formação pretendida.

O histórico de mudanças na educação básica, especialmente no Ensino Médio, não tem sido suficiente para capacitar os estudantes a serem bons organizadores do pensamento dentro de uma sequência lógica, coerente, coesa, objetiva e rica em argumentos dentro do texto exigido no ENEM e vestibulares, o que torna essa pesquisa mais relevante.

Embora o aluno do Ensino Médio possa pensar que o texto dissertativo-argumentativo seja invenção das mudanças promovidas pelo Ministério da Educação nessas últimas décadas, esse gênero foi fixado na sociedade mundial há séculos. Platão e Aristóteles foram os principais filósofos que deixaram um legado na arte de argumentar. “A sua retórica ocupa-se da arte da comunicação, do discurso feito em público com fins persuasivos”. (JÚNIOR, in Aristóteles, 2005)

Assim, o texto hoje cobrado no ENEM e nos vestibulares, o gênero mais temido pelos estudantes, nasce da oralidade, mesmo que a preparação para isso seja feita de forma escrita.

Para Barbosa (1991), dissertar é uma prática cotidiana. Inumeráveis vezes interrogamo-nos dissertativamente, como aponta o autor. Ainda acrescenta, “o pensar é uma prática permanente de nossa condição de homens no mundo, vivendo entre outros homens”.

Recorrendo à neurociência, Pereira (2011) salienta que aprender é o resultado da interação entre estruturas mentais e o meio ambiente. Assim sendo, um ambiente letrado propicia e estimula o aprendizado através de leituras diversas, o que contribui para o desenvolvimento da construção dos argumentos. Ainda para Barbosa (1991), num sentido mais amplo, todos nós somos dissertativos, pois,

Desde a infância pré-verbal, antes das palavras, já organizamos nosso comportamento, exercitando uma “lógica concreta”, na convivência com as pessoas e os objetos. Nos começos da adolescência já somos capazes de tecer alguns raciocínios hipotético-dedutivos. Depois cresce a capacidade comum a todos nós, desenvolvida ou não de articular inúmeros sistemas abstratos, como nos jogos, como nas operações das ciências exatas. (BARBOSA, 1991, p.85)

Dessa forma, questionar a realidade proposta na maioria dos temas exigidos nos vestibulares e ENEM já é habilidade, neurocientificamente falando, inerente a todos; a menos que o exista algum comprometimento na estrutura dos seus neurônios comprometendo a “habilidade de juntar e transmitir sinais eletroquímicos”. (PEREIRA, 2011)

Infelizmente, a dificuldade na elaboração do texto argumentativo-dissertativo pode estar atrelada a fatores como convivência em ambiente não letrado, o aprendizado comprometido na escola em função da falta de interesse, da motivação social, da expectativa profissional – ou falta dela, da precariedade das fontes de saber, da influência das novas tecnologias e redes sociais, mais baseadas em senso comum e da leitura prazerosa como fonte legítima de ideias.

Ademais, milhares de jovens não dominam a estrutura da língua materna, o que dificulta a organização do pensamento escrito. Essas são possíveis respostas ao questionamento norteador da pesquisa, no entanto espera-se que no decorrer dos processos formativos em geral ocorram descobertas distintas e pontos de vista dos sujeitos envolvidos diretamente com a leitura e a escrita, penalizados ou ovacionados pelas competências exigidas no texto dissertativo-argumentativo cobrado no Exame Nacional do Ensino Médio que fomentem e possibilitem melhorias significativas quanto a construção de textos Aristotélicos.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa buscou analisar as dificuldades encontradas por estudantes do Ensino Médio na produção escrita da redação dissertativa exigida no Exame Nacional do Ensino Médio. Partindo do decrescente resultado, a nível nacional, das notas das redações das últimas edições do ENEM no Brasil realizadas por milhões de estudantes de todas as redes de ensino.

Essa estatística chamou a atenção diante da facilidade atual de adquirir conhecimento/informação no fervor da globalização, da informação por meio dos smartphones, tabletes e outros aparelhos conectados à rede mundial de computadores, estudantes do Ensino Médio, em sua maioria, não conseguem organizar um texto Aristotélico com uma defesa de tese bem argumentada e com a proposta de intervenção clara e aplicável.

Sendo assim, a escola deve repensar seu espaço para esse jovem do século XXI, que acha a informação fácil no seu celular, mas que não seleciona o que será útil à sua vida acadêmica e social. Além do currículo em si, a matriz curricular do Ensino Médio brasileiro precisa abrir mais espaço para a produção textual, seja através do texto Aristotélico, relatórios, relatos, sínteses e demais modalidades da escrita para o exercício da organização das ideias, somente assim os resultados obtidos pelos alunos passarão a alcançar níveis mais satisfatórios.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Retórica**. Trad. Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1988.

_____. **Retórica**. Trad. Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. 2. ed. rev. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

BARBOSA, S. A. M. et al. **Redação: escrever é desvendar o mundo**. 7 ed. Campinas, SP: Papirus, 1991.

BRASIL, Presidência da República. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996)**. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 26 de maio de 2018.

_____. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **A redação no ENEM 2013: guia do participante**. Brasília: INEP, MEC, 2013. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2013/guia_de_redacao_enem_2013.pdf.> Acesso em 26 de maio de 2018.

_____. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais: Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

_____. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 26 fev. 2018.

_____. Ministério da Educação. Conferência Nacional de Educação. (2013a)
Documento Referência Elaborado pelo Fórum Nacional de Educação. Brasília:
CONAE/MEC.

MENEZES, W. A. **Evento, jogo e virtude nas eleições para a presidência do Brasil - 1994 e 1998.** 2004. 484f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

PEREIRA, R. S. **Programa de Neurociência - Intervenção em Leitura e Escrita.** 1ª. ed. Viçeu: Psicosoma, 2011.

ROSTOVTZEFF, M. **História da Grécia.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

STIRN, F. **Compreender Aristóteles.** Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2006.